

ATUAÇÃO DO MANDATO NO COVID19



Maio, 2020

RECIFE

A PREFEITURA SERVIÇOS SEC

Portal da
Transparência

INICIO INSTITUCIONAL CONSULTAS CONSULTAS LIVRES LSI - ACESSO À INFORMAÇÃO PERGUNTAS FREQUENTES

FALE CONOSCO

Acesso ao Sistema

Despesas

Licitações e Contratos

Servidores

INTRODUÇÃO

Nenhum planejamento resiste a uma pandemia. Estamos passando pela maior crise da história contemporânea e é preciso tranquilidade para compreender que, embora nossa missão permaneça a mesma, a maior parte de nossas atividades para este primeiro semestre (e possivelmente parte do segundo) precisaram ser redimensionadas e redirecionadas.

Em casa desde a segunda semana de março (a Câmara Municipal iniciou suas medidas de isolamento social no dia 16 daquele mês), nossa equipe permanece a postos. Cada pessoa cumprindo quarentena rígida, mas trabalhando para que o mandato permaneça referência na proposição legislativa e fiscalização das ações do poder executivo. O principal foco são realmente as ações diante da pandemia, mas algumas tarefas não puderam ser suspensas, como a campanha #AntesqueChova, que colheu, protocolou e agora cobra a execução de cerca de 80 intervenções pontuais em áreas de risco por toda a cidade. As comunidades demandaram, nós oficializamos e agora estamos solicitando das autoridades que não deixem de realizar estes serviços essenciais.

Enquanto poder, o legislativo municipal apressou-se em dar algumas contribuições imediatas, ainda em março. Foi concedida autorização para um empréstimo no valor de R\$ 65 milhões de reais, posta a possibilidade de antecipação de pagamento do IPTU (com desconto) e também redirecionamos cerca de R\$ 9 milhões em emendas parlamentares para a saúde. Ao mesmo tempo foi criada uma Comissão Especial sobre o Covid19, afim de fiscalizar e propor ações à prefeitura de forma consolidada. Embora tenha me esforçado e feito 'campanha' dentro da casa, não consegui assento na comissão. Mas isso não me impede de participar de todas as reuniões, facilitar o acesso da sociedade civil aos debates e sugerir objetivamente ações a serem executadas.

Nesses dois primeiros meses de convivência com a pandemia, já propomos diversas ações através de projetos de lei (2), ofícios (18), requerimentos (177) e falas na tribuna (ainda que agora virtual) da Câmara. Continuamos denunciando a falta de diálogo da prefeitura com a sociedade civil e com o poder legislativo, diálogo este que - sem a possibilidade de encontros presenciais, fica ainda mais prejudicado.

Criticamos o pouco cuidado com a comunicação popular e comunitária, imprescindível durante a epidemia. Chamamos a atenção para a importância de uma estratégia especial para territórios em que ficar em casa não é saudável (às vezes falta água, às vezes falta comida). Falamos da importância de uma estratégia que inclua agentes comunitários/as de saúde e diálogo permanente com a sociedade.

Focamos prioritariamente nos segmentos mais vulneráveis e menos privilegiados no debate público. Pessoas em situação de rua, comunidades de interesse social, trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal, pessoas que vivem com doenças crônicas, que estão encarceradas, que têm deficiências. Temos ouvido representações de todos esses segmentos, fortalecendo dezenas de campanhas e procurando encaminhar suas demandas de diversas formas.

Também estamos buscando representar o segmento da cultura. Uma cadeia produtiva que nos dá identidade e que garante a sobrevivência de milhares de pessoas precisa de atenção. Vale ressaltar que este foi um dos primeiros setores da economia a parar - e que será um dos últimos a voltar. Iniciamos, com as Juntas Co-Deputadas, a campanha "A Cultura Precisa Sobreviver" e permanecemos em cobrança diante de uma prefeitura que até agora só quitou 17% de seus débitos com quem trabalhou durante o Carnaval de 2020.

Fiscalizar os recursos executados para enfrentar a pandemia tem sido um outro desafio. Com mais de R\$ 670 milhões de dispensa de licitações em 154 contratos, a Prefeitura tem a obrigação de dar transparência plena aos contratos, empenhos e execuções. É preciso que tudo esteja em linguagem fácil, em planilhas abertas, com acessibilidade e colocado de forma objetiva para que toda a sociedade possa compreender. Mas ainda estamos distantes disso, especialmente quando nossa Nota Técnica 01/2020 demonstra que 84% destas dispensas de licitação carecem de informações. São quase 600 milhões de reais provenientes do Fundo Municipal de Saúde sobre os quais estamos cobrando transparência assim como o Ministério Público de Contas também tem feito.

Aqui procuramos conversar um pouco sobre o que temos feito neste período, esperando que cada vez mais pessoas possam conhecer nosso trabalho, criticá-lo e sugerir formas de atendermos da melhor forma possível as necessidades da nossa sociedade.

Um abraço forte, ainda que à distância, esperando que estejamos todas saudáveis e com o juízo em dia para enfrentar estes tempos duros, mas que certamente passarão.

#ficaemcasa,
Ivan Moraes

A monochromatic green image of a person's face, shown in profile. The person has a white bandage wrapped around their mouth and nose. They are wearing large, round, white-rimmed glasses. The background is a solid, vibrant green.

SAÚDE

A pandemia do Coronavírus fez com que a saúde voltasse para o centro do debate público em todo o mundo. Demonstrando, contudo, que não se garante saúde pública apenas com altos investimentos em leitos hospitalares e medicamentos, mas sim com investimentos na diminuição da desigualdade social. A Covid-19, inicialmente identificada como doença de ricos, por sua origem internacional, rapidamente se alastrou para as periferias das cidades. O Recife, apesar de ter tomado medidas rápidas no combate à disseminação do novo coronavírus, foi seletivo ao não criar condições para que o isolamento social também fosse bem sucedido nas periferias, sendo esta uma das primeiras pautas levantadas pelo mandato em plenário ainda no dia 17 de março.

A partir da confirmação do primeiro caso de transmissão local no Recife, a nossa equipe foi liberada para home office no dia 16 de março, momento em que demos início ao monitoramento do Plano de Contingenciamento lançado pela Prefeitura do Recife.

Dentre as ações legislativas no campo da saúde, aprovamos requerimentos solicitando à Prefeitura do Recife e ao Governo do Estado a inclusão nos boletins epidemiológicos de informações comparativas sobre o número geral de óbitos e específicas por Covid-19, além da apresentação dos números separados por raça/cor e presença de deficiência/doença rara. No mesmo sentido também protocolamos o Projeto de Lei nº 79/2020, com mesmo conteúdo dos requerimentos, que reforça nosso pleito.

Visando fortalecer as medidas de segurança sobre o Covid-19 para os/as trabalhadores/as essenciais, também protocolamos o Projeto de Lei nº 58/2020, que determina a obrigatoriedade por parte dos empregadores de disponibilização de máscaras e álcool em gel 70% para funcionários/as e estabelece outras medidas de prevenção em estabelecimentos privados, como supermercados por exemplo.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pandemia da Covid-19, em especial as medidas de isolamento e distanciamento social implementadas, evidenciou as profundas desigualdades sociais do Recife, trazendo à tona situações de vulnerabilidade social nas quais vivem alguns grupos em nossa cidade. Em especial população em situação de rua, profissionais do sexo, pessoas em situação de vulnerabilidade vivendo com HIV/AIDS, população encarcerada e seus familiares, entre outros. Por conta disso, temos ressaltando sempre, em todos os posicionamentos, que para a mitigação da crise, os esforços na Assistência Social são tão importantes quanto os na Saúde.

Para todas essas pessoas, as demandas no contexto da Covid-19 não diferem muito daquelas com as quais convivem no seu dia-a-dia, mas foram aprofundadas, sobretudo em função da diminuição das chances de acesso à renda por meio da prestação de serviços ou mesmo por meio do recebimento de doações.

Dentre estes quatro grupos, a população em situação de rua vem tendo maior visibilidade de suas necessidades e tem mobilizado mais organizações da sociedade civil, pessoas e até órgãos do sistema de justiça para viabilizar e/ou reivindicar que as pessoas nessa situação acessem direitos. Acesso ao abrigo como alternativa de isolamento social, direito à alimentação e à renda mínima são as pautas prioritárias. Alimentação e renda também tem sido a pauta central da assistência a profissionais do sexo, às pessoas em situação de vulnerabilidade vivendo com HIV/AIDS e à população encarcerada e seus familiares.

Desde o início da pandemia no Recife, atuamos incidindo nessas pautas, a partir de demandas que foram chegando, sobretudo dos movimentos e organizações sociais relacionados a tais grupos, com as quais, na grande maioria, já atuamos durante o mandato. Nesse sentido, nas pautas da População em Situação de Rua, dialogamos com o Movimento Nacional, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Povo de Rua, o Grupo Samaritanos, a Ong Ruas e Praças e com o O Grupo de Estudos Interdisciplinar Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (Populus) / Neepd, da UFPE. Com a Ong GTP+, o Liberta Elas e a Renfa interagimos sobre as pautas da população encarcerada e seus familiares. Na assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade vivendo com HIV/AIDS dialogamos com a Gestos, o Instituto Boa Vista e a Ong GTP+. Também com o GTP+, além da NATRAPE, atuamos em relação às necessidades de assistência a profissionais do sexo.

No caso da população em situação de rua, incidimos através de requerimentos, falas durante as sessões virtuais da Câmara e junto à Comissão Parlamentar da Covid-19, bem como diretamente junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, interpellando diretamente a secretária em reunião virtual da Comissão Parlamentar da Covid-19 e através de contatos telefônicos.

Fortalecemos a mobilização da sociedade civil em torno da Ação Civil, promovida pelas Defensorias Públicas do Estado e da União, sobre a falta de políticas de assistência social para a população em situação de rua. Participamos de debates e mobilizações virtuais, divulgamos as campanhas em torno da Ação Civil e realizamos uma Blitz no Restaurante Popular Josué de Castro.

A principal dificuldade encontrada até aqui foi a indisposição da gestão municipal para dialogar e flexibilizar sua diretriz de atuação focada na adequação da rede socioassistencial existente para os tempos de Covid-19. A ampliação e descentralização dos serviços socioassistenciais de abrigamento, alimentação e apoio ao acesso à Renda Emergencial do Governo Federal encontrou grande resistência por parte da Prefeitura.

De todo modo, acreditamos ter contribuído, com nossa pressão, para que a gestão municipal passasse a descentralizar o fornecimento de almoços do restaurante popular, através de entrega móvel e de um ponto fixo em Boa Viagem. Do mesmo modo, participamos da incidência à questão do abrigamento que tem perspectiva de abertura de um abrigo específico para pessoas idosas em situação de rua, ainda em maio e do anúncio da contratação de empresa para estruturação de um novo abrigo com 200 vagas.

CULTURA



CULTURA

A cadeia produtiva da cultura, que quase sempre trabalha na perspectiva de encontro de pessoas, de aglomeração e de celebração coletiva, foi uma das primeiras e mais radicalmente afetadas pelo necessário isolamento social nesta época de pandemia, devendo ser uma das últimas a retomar efetivamente os trabalhos. Também por isso, acreditamos que este setor produtivo precisa de ações específicas para que mantenha-se vivo após a crise.

Em parceria com a mandata das Juntas Codeputadas, realizamos reunião em videoconferência com representantes das diversas áreas da cadeia produtiva da cultura nas primeiras semanas de abril. Participaram 160 pessoas de 17 cidades, de todas as regiões do Estado, profissionais de produção e da técnica, além de artistas do audiovisual, da dança, do teatro, das artes visuais, da cultura popular, da música, do artesanato, da literatura, da cultura Hip Hop, entre outras linguagens.

O resultado foi um documento-manifesto, intitulado “A Cultura Precisa Sobreviver”, posteriormente assinado por mais de 500 pessoas, profissionais da cultura e artistas, além de instituições culturais, entregue formalmente ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife no dia 15 de abril, contendo 18 reivindicações para o setor.

Entre as propostas mais urgentes levadas ao poder público estão o pagamento imediato dos cachês de quem trabalhou ainda no carnaval e dos valores referentes à cultura já empenhados; o desembolso imediato de parcelas pendentes do Funcultura; criação de editais simplificados para realização de festivais virtuais, uma renda emergencial para artistas e pagamento do Sistema de Incentivo à Cultura – SIC Municipal, com resultado prometido para dez/2019 e ainda não entregue. Para além do momento emergencial, as proposições também apontaram ações futuras, como a cessão de pauta gratuita nos equipamentos culturais do Estado e da Prefeitura do Recife durante 12 meses para a realização de espetáculos após o final do período de crise. O documento completo pode ser lido no link <https://bityli.com/sGPRL>.

Passados mais de 30 dias da entrega do documento, ainda não temos respostas satisfatórias do Governo e da Prefeitura, cujo único compromisso assumido publicamente foi o pagamento dos trabalhadores, trabalhadoras e artistas que prestaram serviço no ciclo carnavalesco. Uma resposta muito aquém da que esperam os/as representantes da cadeia produtiva da cultura em nosso município e Estado, que sempre se orgulhou da sua grande envergadura e representatividade cultural.

Governo e Prefeitura, sobretudo, precisam melhorar o diálogo e dar a devida atenção à comunidade artística e aos profissionais da cultura. O nosso mandato, ao lado do mandato das Juntas, continua firme no exercício de cobrar respostas efetivas de apoio à comunidade artística e a todos e todas que se envolvem no fazer cultural em nosso Estado, que, assim como a própria Cultura, precisam sobreviver à crise sanitária pela qual estamos passando.

COMUNICAÇÃO



COMUNICAÇÃO

A Comunicação está no DNA do nosso mandato e, num momento de crise como o que estamos vivendo, tem papel central nas nossas ações e também nas nossas demandas diante do poder público. A pandemia tem sido assunto permanente nos nossos produtos, que têm trazido à tona conteúdos que cobram ação da Prefeitura, ao mesmo tempo em que contribuem para o acesso à informação sobre o vírus, combatem as notícias falsas, trazem dados sobre infecções e óbitos, além de fortalecer iniciativas da sociedade civil.

Semanalmente, um vídeo de dois a três minutos intitulado “boletim corona” resume nossa atividade (e cobranças) diante da pandemia. Também temos produzido materiais educativos em libras, suprimindo a lacuna que, via de regra, é deixada pela prefeitura. Já publicamos orientações sobre uso de máscaras, sobre para onde se dirigir em caso de suspeita de síndrome respiratória, assim como já publicizamos contatos de profissionais de saúde que se disponibilizaram a orientar e atender pessoas de forma virtual.

Nossas ‘blitz’ também têm focado as questões relativas à pandemia. Registramos a distribuição de alimentos para a população em situação de rua e também negritamos a importância de o poder executivo investir mais tempo e recurso na comunicação popular e comunitária. Criticamos a mensagem unificada e com voz ‘neutra’ que a prefeitura tem levado a todos os bairros e apoiamos coletivos locais¹ com edição de material sonoro e distribuição via moto de som, que estão demonstrando como é que a comunicação precisa ser feita nos territórios.

Na defesa da comunicação pública, temos sistematicamente cobrado que a Prefeitura assine os contratos e efetue pagamentos para que possa ter início a produção de 44 programas que foram aprovados no edital de ocupação da Rádio Frei Caneca FM.

Entendemos a liberdade de expressão como um direito fundamental e um princípio constitucional, mas compreendemos que também para ela há limites. Por isso, a partir de denúncia recebida via redes sociais e de análise atenta, protocolamos uma representação nos ministérios públicos estadual e federal contra a Rádio Novas de Paz. Com concessão educativa, a emissora tem utilizado sua concessão pública para repercutir notícias falsas, minimizar a gravidade da pandemia e incentivar pessoas a saírem de suas casas, atentando contra as próprias vidas.

1. Cepoma, Cineclube Teimosinho, Coletivo Praça do Cristo, Ação Comunitária Caranguejo Uçá, Caranguejo Tabaiães Resiste

FORTALECIMENTO DE CAMPANHAS

A RESISTÊNCIA

continua



FORTALECIMENTO DE CAMPANHAS

Em uma cidade com tamanha desigualdade social e com parcela significativa da população em relações precarizadas de trabalho ou na própria informalidade, a soberania alimentar se apresenta como uma questão central a ser trabalhada e tem sido um dos principais desafios para a manutenção do isolamento social, especialmente em áreas mais vulneráveis de nossa cidade. Compreendemos o papel do poder executivo no cuidado a estes grupos e temos feito nossa tarefa de encaminhar as demandas de cada segmento, propor e cobrar ações da Prefeitura. Mas é verdade que, como as ações do poder público não são suficientes, a sociedade está 'arregaçando as mangas'.

Em vários territórios, grupos representativos de vários segmentos da sociedade têm se esforçado para, através de campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos e materiais de higiene (principalmente) garantir a sobrevivência de milhares de pessoas. Entendendo que estes coletivos são os verdadeiros protagonistas de suas iniciativas, o nosso mandato optou por não capitanear nenhuma campanha, mas disponibilizar nossa estrutura para fortalecer dezenas destas iniciativas lideradas por organizações com quem caminhamos durante o mandato.

Nosso apoio tem-se dado de várias formas, a partir da demanda de quem realiza a campanha. Compartilhando suas demandas, apoiando sua divulgação com a criação de peças gráficas, dando visibilidade em nossas publicações ou mesmo contribuindo simbolicamente com doações diretas.

Neste sentido, buscamos utilizar o 'cartão alimentação', que no nosso mandato serve para contribuir com iniciativas da sociedade civil, exclusivamente com o objetivo de fortalecer campanhas de organizações que buscam lidar com esse aprofundamento da vulnerabilidade social ao qual parte do povo recifense foi submetido. De mesmo modo, o 'cartão combustível' tem sido usado para contribuir na parte de logística dessas ações de solidariedade.

Considerando a impossibilidade material de financiarmos 'por completo' tais iniciativas, optamos por realizar apoios simbólicos através de compras de até R\$300,00 de produtos de alimentação básica e de materiais de higiene, bem como a partir do abastecimento de veículos responsáveis por distribuir tais mantimentos. Até a segunda semana de maio, conseguimos apoiar 30 organizações² abarcando 19 localidades³ e que atuam em 17 temáticas,⁴ utilizando pouco mais de R\$ 10 mil, no total, oriundos destes dois cartões, que originalmente são de uso discricionário do vereador.

2. *Ação Comunitária Caranguejo Uçá, Boca no Trombone, Caranguejo Tabaiães Resiste, MTST, Grupo Mulher Maravilha, GTP+, Neimfa, Periféricas, GT Pescadorxs da Brasília, Grupo Mulher Maravilha, Sintraci, Liberta Elas, Grupo Ruas e Praças, Natrape, Centro Sabiá, Gestos, Casa Mulher do Nordeste, MST (Mãos Solidárias), Renfa, Sindicato dxs Rodoviárixs, Várzea Viva, Centro Comunitário Mário Andrade, Assobecer, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo Pão e Tinta, Amotrans, Coletivo Casa Mãe Maria, Espaço Solidário Gris, TeAmu, Cores do Amanhã)*

3. *Afogados, Água Fria, Arruda, Barro, Boa Vista, Bode, Brasília Teimosa, Caranguejo Tabaiães, Centro, Coque, Ibura, Ilha de Deus, Mustardinha, Nova Descoberta, Palha de Arroz, Passarinho, Santo Amaro, Totó, Várzea)*

4. *Agroecologia, Comércio Informal, Crianças e Adolescentes, Direito à Cidade, Direito à Cultura, Juventude Negra, LGBT+, Mulheres, Pescadoras/es, Pessoas com Deficiência, Políticas sobre Drogas, População em Situação de Rua, População Privada de Liberdade, Reforma Agrária, Rodoviários/as, Profissionais do Sexo, Pessoas vivendo com HIV/AIDS)*

GASTOS PÚBLICOS DA PREFEITURA



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

A PREFEITURA SERVIÇOS SEC



Portal da
Transparência

[INÍCIO](#)

[INSTITUCIONAL](#)

[CONSULTAS](#)

[CONSULTAS LIVRES](#)

[LAI - ACESSO À INFORMAÇÃO](#)

[PERGUNTAS FREQUENTES](#)

[FALE CONOSCO](#)

Acesso ao Sistema

+A

Receitas

Despesas

Licitações e Contratos

Servidores

Planejamento Orçamentário

Dados da Gestão

Controle Social

Pedidos Recorrentes

GASTOS PÚBLICOS DA PREFEITURA

A situação de pandemia da Covid-19 trouxe para a gestão orçamentária da Prefeitura do Recife o desafio de reestruturar o planejamento orçamentário e a programação financeira de 2020. Isso exigiu respostas financeiras rápidas que significaram mudanças significativas, com anulação de gastos em função do não funcionamento de diversos serviços públicos e a concentração de novas despesas, sobretudo nos serviços de saúde, mas também da assistência social, na educação e em outras áreas, com menor impacto. Some-se a isso o fato de que tudo é “em caráter emergencial” e, portanto, passível de dispensa de licitação, de acordo com a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Diante de tal cenário foram emergindo pautas sobre a transparência sobre as despesas a economizar e aqueles novos gastos que passaram a ser contratados. Em paralelo pautas de temáticas específicas foram surgindo, relacionadas a grupos impactados pelas medidas de isolamento e redução da dinâmica econômica, como a cadeia da cultura. Também surgiram demandas sobre os gastos da saúde e da assistência social, nesses casos sempre em relação aos gastos com a estruturação das novas ações.

No caso da transparência, recebemos questionamentos de forma difusa, sobretudo através das mídias sociais do mandato. Mas também emergiram dos órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas de Pernambuco, pautas relativas aos cuidados com os processos de contratação e sua disponibilização para acesso público. Nas pautas da cultura, da assistência e da saúde, diversos sujeitos nos demandaram incidência sobre transparência e orçamento.

Diante de tais pautas, elaboramos estudos sobre as despesas anuláveis pela gestão, em função da paralisação de serviços e outras ações municipais. E questionamos a Prefeitura do Recife quanto às suas expectativas de redução de despesas e de novos gastos em função do enfrentamento à Covid-19. Utilizamos de requerimentos, falas durante as sessões virtuais da Câmara e junto à Comissão Parlamentar da Covid-19. Na temática da cultura, passamos a monitorar e comunicar, semanalmente, o ritmo de liquidação e pagamento de serviços culturais. Na assistência social, realizamos pedido de informação e monitoramos os gastos com o restaurante popular e o abrigo noturno.

Mais recentemente, passamos a atuar em relação à falta de transparência das contratações por dispensa de licitação, elaboramos nota técnica (<https://bit.ly/2ydmhbhr>), apresentada em sessão virtual, encaminhada à Comissão de Orçamento e Finanças, bem como à Comissão Especial da Covid-19. Também fizemos representação junto ao Tribunal de Contas de Pernambuco, denunciando a falta de transparência sobre os gastos da Prefeitura com a Covid-19.

Nossa principal dificuldade, na questão orçamentária, foi a dificuldade de acesso às informações. Apenas em meados de abril a Prefeitura do Recife, por recomendação do Ministério Público, publicou link específico sobre as despesas com a Covid-19 no Portal da Transparência. Mas os limites não cessaram, pois as informações continuam insuficientes. Também a falta de informação orçamentárias e a indisposição para o diálogo foram constantes por parte da gestão da cultura, da saúde e da assistência social.

Mesmo diante das dificuldades, percebemos que a visibilização dos dados orçamentários foi capaz de qualificar a incidência da sociedade civil, do nosso mandato nas instâncias parlamentares, contribuindo com a maior celeridade na liquidação das despesas e, em menor escala, nos pagamentos da cultura. Aceleraram-se os investimentos na qualificação da rede socioassistencial, onde já vínhamos denunciando a falta de prioridade nos gastos.

Por fim, colocamos o tema da transparência orçamentária das despesas com a Covid-19 no centro do debate na Câmara Municipal, expondo as fragilidades do Portal da Transparência, expondo a gestão que gaba-se de ter o melhor portal do país. Os resultados já começaram a aparecer. Dois dias após a publicação da Nota Técnica e de intensos debates nas sessões virtuais da Câmara. A Prefeitura do Recife já mudou a estrutura de apresentação dos dados, disponibilizando-os por Órgão/Unidade Orçamentária, em formato Excel, conforme propomos na nota técnica. Além disso, não mais estão sendo lançados os valores ratificados, mas aqueles que realmente já foram empenhados.



VEREADOR


**IVAN
MORAES**




 ivanmoraesfilho.com.br


 ivanmoraes@recife.pe.leg.br

 Telefone: (81) 3301.1216

 Câmara Municipal do Recife - Gabinete 23
Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife

 (81) 9.8234.5004

 @ivanmoraesfilho

 Bora Queridagem

 /ivanmoraesoficial

 @ivanmoraesfilho